

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros

Bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Facol - UNIFACOL
Auxiliar de Contabilidade
Rua Pedro Ribeiro, 85. Universitário. Vitória de Santo Antão/PE. CEP: 55.612-285
E-mail: leandrok.barros@unifacol.edu.br

Lucas Pedro Torres da Silva

Bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FACOL - UNIFACOL
Auxiliar de Contabilidade
Rua Pedro Ribeiro, 85. Universitário. Vitória de Santo Antão/PE. CEP: 55.612-285
E-mail: lucasp.silva@unifacol.edu.br

Alex de Oliveira Serafim

Mestrado em Controladoria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Professor no Centro Universitário FACOL - UNIFACOL
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n. Dois Irmãos. Recife/PE. CEP: 52.171-900
E-mail: alexoliveiraserafim@gmail.com

Joões dos Santos Oliveira Mota

Mestrado em andamento em Controladoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Professor na Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n. Dois Irmãos. Recife/PE. CEP: 52.171-900
E-mail: joaesmota@gmail.com

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar como os profissionais contábeis percebem e interpretam o uso de controle interno como ferramenta gerencial em Micro e Pequenas Empresas. Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo pesquisa de campo. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário de pesquisa para contadores do Estado de Pernambuco que atuam com MPEs, tendo sido recebidas 35 respostas, as quais foram tratadas por meio de estatística descritiva. Os dados obtidos indicam que na percepção dos contadores, o uso do Controle Interno nas Micro e Pequenas Empresas seja indispensável para aqueles que almejam uma ótima gestão dentro da organização independente do porte, pois o uso do mesmo auxilia a empresa em diversos aspectos, que colaboram para um bom desempenho no planejamento e gerenciamento de uma entidade. Ainda foi possível verificar e compreender que o profissional contábil possui o papel de grande importância na aplicação de Controle Interno nas Micro e Pequenas Empresas, pois com as ferramentas necessárias, o

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

contador auxilia a gestão da organização para que sejam tomadas as melhores decisões, tendo assim, alcançado os objetivos almejados.

Palavras-chave: Planejamento. Controle. MPE. Controle Interno.

Use of internal control in micro and small businesses: The perception of accountants in the State of Pernambuco

ABSTRACT

The study aimed to analyze how accounting professionals perceive and interpret the use of internal control as a management tool in Micro and Small Businesses. This is to be a descriptive research, of the field research type. Data were obtained through the application of a survey questionnaire for accountants in the state of Pernambuco, and 35 responses were received, which were treated using descriptive statistics. The data obtained indicate that, in the perception of accountants, the use of Internal Control in Micro and Small Businesses is essential for those who aspire to optimal management within the organization regardless of size, as its use helps the company in several aspects, which collaborate to perform well in planning and managing an entity. It was also possible to verify and understand that the accounting professional has a very important role in the application of Internal Control in Micro and Small Businesses, because with the necessary tools, the accountant helps the organization management so that the best decisions are made in order to achieve the desired goals.

Keywords: Planning. Control. MEP. Internal control.

Uso del control interno en micro y pequeñas empresas: La percepción de los contadores en el Estado de Pernambuco

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar cómo los profesionales contables perciben e interpretan el uso del control interno como herramienta de gestión en la Micro y Pequeña Empresa. Es una investigación descriptiva, del tipo investigación de campo. Los datos se obtuvieron mediante la aplicación de un cuestionario de encuesta para contadores en el estado de Pernambuco y se recibieron 35 respuestas, las cuales fueron tratadas mediante estadística descriptiva. Los datos obtenidos indican que, en la percepción de los contadores, el uso del Control Interno en la Micro y Pequeña Empresa es fundamental para quienes aspiran a una óptima gestión dentro de la organización sin importar el tamaño, ya que su uso ayuda a la empresa en varios aspectos, en los que colaboran desempeñarse bien en la planificación y gestión de una

entidad. También se pudo verificar y comprender que el profesional contable tiene un rol muy importante en la aplicación del Control Interno en Micro y Pequeñas Empresas, pues con las herramientas necesarias, el contador ayuda a la gestión de la organización para que se tomen las mejores decisiones, así habiendo logrado las metas deseadas.

Palabras clave: Planificación. Control. Eurodiputado Control interno.

1 INTRODUÇÃO

Diante do competitivo mundo em que as empresas estão inseridas, torna-se um desafio cada vez maior para os gestores o controle do negócio. Em uma organização, o controle interno representa os procedimentos ou rotinas, cujo objetivo consiste em proteger os ativos, produzir os dados contábeis de forma confiável, e ajudar na condução ordenada dos negócios, tanto no aspecto contábil, quanto administrativo (Bordin & Saraiva, 2005).

Em uma perspectiva geral, pode-se dizer que o controle interno auxilia as organizações na compreensão dos riscos aos quais estão expostas, para que dessa forma, as mesmas possam estabelecer controles que venham a combater possíveis ameaças que venham a ocorrer. O sistema de controle interno é implantado de forma adaptada, buscando atender e auxiliar o andamento do seu planejamento estratégico e orçamentário.

Buscando evitar fraudes, as organizações despendem tempo na criação e avaliação dos seus mecanismos de controle interno, pois os mesmos são criados para fornecer uma garantia quanto à confiabilidade dos relatórios financeiros, do cumprimento das leis e regulamentos (sejam municipais, estaduais ou federais), da proteção adequada dos ativos e do orçamento empresarial. Além disso, fazendo uso do controle interno adequado, as empresas podem fazer uso de procedimentos que gerenciem o seu fluxo de caixa e venham a evitar despesas maiores que receitas e que a empresa venha a afundar em dívidas (Pereira Arruda, 2020).

Uma empresa sem um bom controle interno tende a comprometer a sua continuidade no mercado competitivo, haja vista, que o risco de uma empresa sem

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

controle fica exposta, além de também está propícia a fraudes, erros, falta de precisão nas decisões, entre outros (Santos, Valdevino, Queiroz, Oliveira, & Oliveira, 2020).

Pontua-se ainda, que o Controle Interno (CI) tem como objetivo: a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o incentivo à eficiência operacional; e a adesão às políticas existentes, além de ter por responsabilidade a própria definição da responsabilidade, inerentes aos procedimentos adotados em toda a empresa (Santos et al., 2020).

Estudos como os de Garcia, Kinzler e Rojo (2014) e Postiglione e Silva (2016) mostram que um sistema de controle interno adequado ainda não ocorre com frequência e eficácia nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

As MPEs possuem um papel fundamental na economia, pois contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país. As MPEs sustentam a geração de empregos na economia, tanto que segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SP, 2020), em janeiro de 2019, os pequenos negócios geraram 60,7 mil empregos formais celetistas, sustentando uma vez mais a geração de empregos. Enquanto que as médias e grandes empresas começaram o ano registrando extinção líquida de 25,7 mil empregos. Além disso, de acordo com dados do SEBRAE (2018) as MPEs representam, no Brasil, em torno de 98,5% do total de empresas privadas e são responsáveis por 54% do total de empregos formais existentes, além de corresponder a 27% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Moreira, Encarnação, Bispo, Colauto e Angotti (2013), diversos estudos nacionais e internacionais, constataram alto índice de mortalidade das MPEs no decorrer dos anos, haja vista os gestores das mesmas terem se deparado com entraves como: dificuldade financeira, dificuldades em lidar com questões administrativas e burocráticas, além da própria falta de conhecimentos específicos que possam auxiliar os gestores em sua área de atuação.

Dado esse cenário, esta pesquisa buscou analisar como os profissionais contábeis registrados no Estado de Pernambuco e que atuam com MPEs percebem e

interpretam o uso de controle interno como ferramenta gerencial em Micro e Pequenas Empresas. Para tanto, a mesma se justifica pela possibilidade de contribuir com o fomento de novos estudos sobre o uso do controle interno em micro e pequenas empresas, haja vista que segundo Leone e Leone (2012) uma das maiores dificuldades ao se estudar empresas de pequeno porte é a heterogeneidade entre elas, justificada pelo atraso em estudos e pesquisas voltadas a essa temática (Leone & Leone, 2012).

Como se sabe, é prática comum das MPEs, a contratação de escritórios de contabilidade para a realização das atividades contábeis relativas ao negócio, por isso, a escolha por estudar a percepção dos contadores que prestam esse serviço, objetivando descobrir como esses profissionais percebem o uso do Controle Interno neste universo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Controle interno

O controle é uma ferramenta que está presente em diversos níveis gerenciais e organizacionais de uma empresa, desde os métodos estabelecidos por planos gerenciais, a processos de controles sobre ativos não circulantes, tais como de máquinas e equipamentos, e complementação de atividades empresariais que fazem jus à organização (Peleias, Ehrentreich, Silva, & Fernandes, 2017).

De acordo com Araújo (2015), o controle é idealizado por níveis que devem estar interligados ou dando suporte um ao outro, através de fiscalizações e verificação da prática do controle interno pela organização, fazendo o uso de informações que de forma prática, fornecerão um suporte melhor para o planejamento.

Além disso, o controle interno é entendido como um plano de organização, com um conjunto de métodos e medidas que serão seguidos diante das operações da empresa, com o objetivo de padronizar a forma de se trabalhar com eficiência. O controle busca adquirir todas as medidas cabíveis, prevenindo a ocorrência de erros e fraudes, acidentes que possam causar prejuízo à empresa, e através de bons

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

resultados, podem trazer melhorias em alcance ao crescimento organizacional, e protegendo o seu patrimônio (Attie, 2007).

Utilizado na gestão, o controle interno é projetado como um conjunto de regras, que passam por procedimentos que enfatizam métodos podendo proteger e auxiliar os ativos de uma entidade, produzindo dados que podem fornecer dicas e, assim, ajudando na gestão de uma empresa (Almeida, 2010; Crepaldi & Crepaldi, 2017).

Na estrutura da empresa, o controle interno tem um papel essencial que é proteger os ativos, dando garantia a utilização dos dados financeiros e econômicos, transformando o operacional da organização numa eficiência total, estimulando as escolhas dos gestores nas tomadas de decisões, dando credibilidade, contribuindo de forma positiva, reduzindo riscos e minimizando erros (Almeida, 2010).

Considerando esse contexto, a literatura apresenta diferentes componentes de controle interno e suas respectivas finalidades, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Componentes de Controle Interno

Componentes	Conceito	Autores
Ambiente de controle	Utiliza o Controle Interno garantido que os processos sejam isentos de algumas falhas organizacionais e permitindo o uso adequado de recursos sobre operações.	Escalante, 2014.
Avaliação de Risco	Busca analisar e gerenciar os riscos que a gestão de uma empresa pode enfrentar.	Rivas, 2011.
Atividades de controle	Garante ações necessárias para cumprir atividades que evitem riscos a empresa.	Castañeda, 2014.
Informação e comunicação	Distribui informações aos setores de forma hábil, para a obtenção de resultados em um curto período de tempo.	Gómez et al., 2013.
Supervisão ou monitoramento	Ferramentas utilizadas no âmbito gerencial, buscando eficiência do CI nas empresas.	Vega e Nieves, 2016.

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A *International Organization of Supreme Audit Institutions* - INTOSAI (2004), afirma que o controle interno é um processo que basicamente deve ser realizado pela gestão de uma entidade, na busca por soluções que servem para lidar com alguns

riscos e determinar que o planejamento estabelecido pela entidade seja efetivo, servindo de apoio para atingir objetivos e metas.

A ISA 315 informa que os responsáveis pela gestão das empresas utilizam o controle interno como uma forma de oferecer uma garantia do cumprimento dos objetivos propostos pela entidade, buscando eficiência nas operações. Além de buscar a confiança da entidade em relação aos relatórios financeiros obtidos para análises organizacionais (*International Federation of Accountants* [IFAC], 2019).

De acordo com Hillen e Prates (2014), no ano de 1985 nos Estados Unidos da América, foi criado e lançado um comitê, chamado *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), sendo responsável por estudar e anular relatórios financeiros fraudulentos, possuindo uma atuação constante no mercado dos negócios, cujo objetivo era danificar as empresas.

Com a finalidade de fornecer orientações necessárias para o controle interno nas empresas e fazer o possível para que as diretrizes anulem, reduzam e detectem fraudes, foi criado o COSO, que obteve sucesso em meio à gestão de organizações (COSO, 2013).

O COSO é tido como uma referência na aplicação de melhorias, seguindo métodos e regras dentro de uma organização, abordando relatórios financeiros que são analisados e inspecionados, visando melhorar a gestão das empresas. A avaliação dos relatórios reduz os riscos e erros diretamente da empresa, com ajuda do controle nas instituições (Cannavina & Parisi, 2015; Souza Junior, 2016).

Seguindo nesse contexto, Crepaldi (2017) explica que o controle interno serve como uma peça chave para que a organização de uma entidade esteja com seu objetivo alinhado, ensejando no alcance de seu planejamento. O autor ainda pontua que uma organização que não tenha o controle sobre seus ativos, não tem condições de realizar objetivos estabelecidos.

O controle interno se destaca com o objetivo de seguir determinadas políticas e regras estruturais de uma organização. Com a introdução do controle interno na empresa, os procedimentos são elaborados com o intuito de fiscalizar e analisar alguns

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

processos que permitam corrigir, planejar, observar e prevenir algum evento que venha desestabilizar ou afetar de forma direta a estrutura organizacional (Tribunal de Contas da União [TCU], 2009).

Os controles internos são classificados em dois tipos, o controle contábil e o controle administrativo. De forma que o controle contábil sempre está ligado em relação à organização, seus planos e procedimentos com o objetivo de proteção do patrimônio. Já o controle administrativo estabelece o controle do planejamento para o alcance de objetivos da organização (Attie, 2007).

Segundo Arima (2013), o controle interno utilizado nas empresas, deve procurar os processos de fiscalização dos diversos setores, mostrando sua eficiência, fazendo com que a empresa se torne competitiva o suficiente para o mercado, desempenhando a função de grande importância em auxiliar e melhorar a gestão da empresa, obtendo assim, um controle maior sobre a organização, e nas escolhas decisórias, buscando sempre as melhores escolhas com total segurança e confiabilidade.

Já na visão de Oliveira (2004), a entidade necessita ter uma estrutura formada, para que a organização automaticamente tenha o controle, que é fundamental para conseguir os objetivos da organização e gerar mais riqueza para a mesma. Entretanto, além de estruturadas, micro e pequenas empresas devem ter um sistema que lhes forneça informações sobre o seu patrimônio, para assim facilitar na administração da entidade.

Segundo Iudícibus (2009), o controle interno nas MPEs faz uso da Contabilidade para que através de suas informações, possam tomar decisões cabíveis em cada caso analisado. Seguindo esse contexto, o objetivo da contabilidade é proporcionar informações definidas e organizadas para a gestão da empresa, que por sua vez pode tomar conhecimento de algumas causas e situações que os farão tomar decisões consideráveis e necessárias.

2.2 Micro e Pequenas Empresas

O desenvolvimento e fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) tem sido prioridade para muitos países, e órgãos institucionais foram e continuam sendo criados para enfatizar a importância do papel dos pequenos negócios na atividade econômica, incluindo países da União Europeia, Canadá e Estados Unidos. Contudo, não há critério único para a classificação de uma entidade como micro ou pequena empresa, por exemplo, os requisitos variam entre vendas anuais, a receita bruta ou líquida, o tamanho de bens ou de número de empregados (Kos, Espejo, Raifur, & Anjos, 2014).

No Brasil, as MPEs foram instituídas pela Lei Complementar (LC) 123/2006, que estabelece que microempresa é aquela empresa que tem um faturamento anual de até R\$360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e empresa de pequeno porte, é aquela cujo o faturamento anual é entre R\$360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e R\$ 4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais). Além disso, a mesma lei desde a sua criação, já atravessou algumas alterações, mas continua com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e com a competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras (MPEs). Para o SEBRAE (2020) o papel da LC é funcionar como uma estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Conforme o SEBRAE, as empresas podem ser classificadas com base em seu porte como: microempresa, empresa de pequeno porte, médias e grandes. Neste estudo, porém, abordam-se apenas as “Microempresas” e “Empresas de Pequeno Porte”, haja vista as mesmas representarem o objeto de estudo. Desse modo, a distinção entre esses dois grupos de empresas, segundo o SEBRAE pode ser feita com base no número de colaboradores (SEBRAE, 2016) ou em relação ao faturamento bruto anual, conforme estabelece a LC 123/2006.

Ainda nesse sentido, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faz a classificação das empresas pelo seu porte, a qual é realizada conforme

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

a Receita Operacional Bruta (ROB) das empresas ou ainda, conforme a renda anual dos clientes, como pessoas físicas (BNDES, 2020).

Como se vê, no Brasil, a LC 123, de 13/12/2006 apresenta critérios para a classificação das MPEs; e o BNDES segue os mesmos critérios, bem como a Receita Federal do Brasil (RFB). Mas o SEBRAE apresenta critérios próprios para tal, e justifica que a adoção de outra metodologia se dá, por não ser possível apurar o porte das empresas, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), visando aplicar os critérios definidos na Lei Geral das MPEs (faixas de faturamento) (SEBRAE, 2019).

Buscando facilitar a compreensão dessas diferenças nos critérios, a Tabela 2 apresenta de forma sucinta os critérios de cada um dos órgãos supracitados:

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Tabela 2

Critérios para classificação das MPEs

	CRITÉRIO DE ENQUADRAMENTO	VALOR DA RECEITA	NÚMERO DE EMPREGADOS
RFB	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$360.000,00	
	Empresa de Pequeno Porte	Maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00	
BNDES	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$360.000,00	
	Empresa de Pequeno Porte	Maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00	
LC 123	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$360.000,00	
	Empresa de Pequeno Porte	Maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00	
SEBRAE	Microempresa		Até 9 ¹ Até 19 ²
	Empresa de Pequeno Porte		Entre 10 e 49 ¹ Entre 20 e 99 ²

Legenda: ¹Agropecuária; SIUP; Comércio e Serviços. ²Extrativa mineral; Agropecuária; Indústria de Transformação e Construção.

Nota. Fonte: Elaborada pelos autores, com base na Lei complementar 139/2011, art. 3, BNDES, RFB e Sebrae (2013).

Observa-se, então, que apenas o SEBRAE tem critérios diferentes daqueles que são utilizados pelo BNDES e RFB, conforme estabelece a legislação. Cabe, porém, destacar que o próprio SEBRAE (2019) discorre que o principal critério adotado para classificar as Micro e Pequenas Empresas Brasileiras é o seu faturamento bruto anual.

Deve-se acentuar que é expressiva a participação das MPEs na economia brasileira e conforme Kos et al. (2014), além de responderem por grande parte da geração de empregos, representam um grande número de estabelecimentos no Brasil, assumindo assim, a responsabilidade pela sustentação da economia brasileira. Moreira et al. (2013) complementa que as MPEs se configuram como agentes dinâmicos na

geração de atividades diversas e inovadoras e por consequência, vêm apresentando grande importância na economia, não somente no Brasil, mas em todo o mundo.

Tal entendimento é endossado pelos resultados de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE (2019) que indica que em janeiro de 2019, os pequenos negócios geraram 60,7 mil empregos formais celetistas, sustentando uma vez mais a geração de empregos na economia, enquanto que as médias e grandes empresas começaram o ano registrando extinção líquida de 25,7 mil empregos.

Dolabela (1999) aponta alguns dos motivos que fazem com que as empresas brasileiras compõem os índices de mortalidade das micro e pequenas empresas: Ausência de recursos tecnológicos, como informática (90%); falta de um trabalho de marketing (85%); ausência de treinamento de recursos humanos (80%); falta de avaliação de produtividade (65%); falta de gestão de qualidade (60%); falta de planejamento para vendas (50%); falta de controle de estoque (47%); falta de planejamento para a produção (40%).

Dornelas (2008), por sua vez, enfatiza o alerta para a realidade das pequenas empresas, que são desenvolvidas por pessoas que, geralmente, não obtêm conhecimentos possíveis para liderar uma organização na área de gestão de negócios, trabalhando sem um planejamento estratégico, que é uma ferramenta essencial no desenvolver da empresa, comprometendo a perspectiva temporal de funcionamento do empreendimento.

2.3 Estudos Anteriores

Ottoboni e Pamplona (2001) relatam sobre MPEs da região sul de Minas Gerais, uma de cada setor (comércio, indústria e serviços) que foram alvos de coleta de dados, com a intenção de saber como era desenvolvido o controle interno dentro das empresas. Conforme os autores, os estudos dessas empresas utilizam alguns indicadores financeiros como parte da estratégia. No entanto, ainda estava faltando ferramentas que pudessem favorecer um bom desenvolvimento, e uma dessas

ferramentas seria o controle interno, que funcionaria prevalecendo uma vinculação de sistema de medição e controle atrelado à estratégia organizacional.

Silva (2007) realizou um estudo com análise de multicase em MPEs de serviços e suprimentos de informática, tendo o estudo dado ênfase à importância do controle interno na gestão destas entidades. O estudo obteve dados, que apontaram o controle interno como algo realmente necessário para a organização de uma empresa, independente do porte.

Duarte e Boller (2010) aconselharam o controle interno para uma microempresa no ramo de confecções, que ajudassem a contribuir para melhor organização, valorizando a sua real capacidade de se desenvolver no mercado. Os autores identificaram que a empresa estava com dificuldades no momento de gerenciar suas compras e seus recebimentos, por motivos de não possuir um controle interno na sua administração empresarial, para tanto, propuseram um controle adequado e atualizado, pois assim, a empresa não iria passar por consequências constrangedoras e prejuízos.

Em outro segmento, Lima, Leal e Aguiar (2013) aplicaram um questionário que alcançou 64 profissionais da área contábil, que atuam como prestadores de serviços para pequenas empresas na cidade de Uberlândia-MG. Com esta pesquisa os autores puderam constatar que 50% dos profissionais entrevistados consideram que as MPEs não contam com profissionais qualificados, que possuam conhecimento adequado para administrar ou criar procedimentos que possam dar qualidade ao CI.

Garcia et al. (2014) realizaram uma pesquisa sobre sistemas de controle com 14 gestores que atuam em pequenas empresas, e chegaram a uma conclusão de que o controle interno é de suma importância para gestores que definitivamente precisam ter conhecimento geral sobre a empresa que atuam.

Barbosa e Santos (2019) realizaram uma pesquisa com resultados obtidos por meio de entrevista com contadores, onde verificaram que a profissão contábil fornece informações consideráveis e eficientes para a administração de pequenas e médias empresas.

3 METODOLOGIA

A constante necessidade de impulsionar a economia proporciona o surgimento de novas empresas e promove constante busca por melhorias por parte das empresas já atuantes no mercado. Segundo pesquisas do SEBRAE (2019), a quantidade de Microempresas no país saiu de 2,65 milhões, em 2009, para 4,14 milhões, em 2017, e deve atingir 4,66 milhões, em 2022, segundo projeções do SEBRAE. Isso representa um crescimento de 75,5% nesse período de 23 anos, a uma taxa média anual de 2,47%. Por isso torna-se relevante estudar esse universo, no estudo em questão, o universo compreendeu os profissionais contábeis registrados no Estado de Pernambuco que atuam com MPEs.

No tocante aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva, haja vista buscar descrever determinado fenômeno - neste caso, a percepção dos contadores acerca do uso do Controle Interno (CI) em micro e pequenas empresas, e está em conformidade com o entendimento de Gil (2019), quando discorre que a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de determinada população ou de fenômenos.

No tocante à abordagem ao problema, trata-se de uma pesquisa classificada como quantitativa. A abordagem quantitativa refere-se à coleta de informações e, segundo Richardson (2017), a mesma se caracteriza, dentre outros aspectos, pelo tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, ainda que as mais simples como percentual, média e desvio-padrão.

Em relação à coleta dos dados, efetuou-se uma pesquisa de campo, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta [...]”.

Para obtenção dos dados deste estudo, utilizou-se um questionário com questões objetivas, o qual foi elaborado especificamente para este estudo e está distribuído da seguinte forma: sessão 1, perfil do respondente (contendo 5 perguntas fechadas); e sessão 2, a percepção do profissional (contendo 13 perguntas, sendo 11

fechadas e 2 do tipo aberta - incluindo uma com evocação de palavras). Cabe destacar que o instrumento de pesquisa, antes de ser aplicado foi validado por dois mestres em controladoria que atuam na área da pesquisa.

A aplicação do questionário aconteceu durante o mês de novembro de 2020, o qual estava hospedado na plataforma *Google Forms* e o *link* foi compartilhado via *e-mail* e *whatsapp* de 120 contadores – os quais foram obtidos por meio de um contato telefônico prévio, através do número de telefone disponível em *sites* e/ou foram indicados por outros profissionais. Dos 120 contadores registrados no Estado de Pernambuco que atuam com MPEs contactados, apenas 40 responderam dentro do prazo estabelecido para recebimento das respostas. Contudo, identificaram-se 5 respostas que não atendiam as expectativas do estudo e por isso foram excluídas, restando assim, 35 respostas válidas, sendo essas analisadas por meio da ferramenta de planilhas eletrônicas *Microsoft Excel*, através da técnica de frequência.

Quanto à evocação de palavras, apresenta-se ainda uma nuvem de palavras, a qual foi construída utilizando o *software Wordle*, destacando as palavras que mais foram mencionadas pelos participantes da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Respondentes

Na primeira etapa da pesquisa identificou-se o perfil dos respondentes, conforme é apresentado na Tabela 3.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Tabela 3

Perfil dos respondentes

Variável	Nível	Frequência	Frequência Relativa (%)
Sexo	Feminino	19	54,29
	Masculino	16	45,71
Totais		35	100
Faixa etária	Até 25 anos	9	25,71
	De 26 a 35 anos	16	45,71
	De 36 a 45 anos	5	14,29
	De 46 a 55 anos	4	11,43
	Mais de 55 anos	1	2,86
Totais		35	100
Formação	Técnico em Contabilidade	3	8,57
	Bacharelado em Ciências Contábeis	17	48,57
	Pós-graduação em Ciências Contábeis ou áreas afins	13	37,14
	Mestrado em Ciências Contábeis ou áreas afins	2	5,71
Totais		35	100
Tempo de Registro Profissional	Menos de 2 anos	10	28,57
	De 2 a 5 anos	10	28,57
	De 6 a 10 anos	8	22,86
	De 11 a 20 anos	5	14,29
	Mais de 20 anos	2	5,71
Totais		35	100
Conhecimentos sobre Controle Interno	Pouco Conhecimento	2	5,71
	Conhecimento Razoável	27	77,14
	Muito Conhecimento	6	17,14
Totais		35	100

Nota. Fonte: dados da pesquisa (2020).

A Tabela 3 apresenta o perfil dos respondentes da pesquisa. Verifica-se que 54,29% informaram ser do sexo feminino e 45,71% do sexo masculino. Quanto à idade, observa-se que 25,71% têm até 25 anos, outros 45,71% têm de 26 a 35 anos, os que têm entre 36 e 45 anos representam 14,29%, outros 11,43% têm entre 46 e 55 anos e os demais 2,86% têm mais de 55 anos de idade. Bordin e Londero (2006, p. 116) afirmam que “com o desenvolver do tempo, o mercado de trabalho têm se expandido a cada dia, e juntamente, a atuação da mulher vem se tornando mais atrativa na classe contábil”.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Nos dias atuais, a mulher está adotando, cada vez mais, uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas também pelas exigências do mundo moderno, tomando uma posição, obrigando os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem para uma parceria necessária e enriquecedora. E de acordo com a pesquisa elaborada, as mulheres saíram na frente, ocupando o espaço referente ao público entrevistado.

Se tratando da formação dos respondentes, constata-se que 8,57% são Técnicos em Contabilidade e 48,57% são Bacharéis em Ciências Contábeis, enquanto que 37,14% são Pós-Graduados em Ciências Contábeis e áreas afins. Os demais 5,71% dos respondentes são Mestres em Ciências Contábeis e áreas afins.

Os resultados ainda apontam que 28,57% dos respondentes possuem o registro profissional há menos de 2 anos; enquanto que 28,57% possuem um registro profissional de 2 a 5 anos. Já com um pouco mais de experiência, 22,86% dos respondentes atuam entre 6 a 10 anos, portanto 14,29% são veteranos, que possuem o registro entre 11 a 20 anos. Por fim, 5,71% atuam como profissionais há mais de 20 anos. Com um papel fundamental para as entidades, a profissão contábil vem crescendo de forma expressiva. Sendo valorizada pelos seus usuários e ganhando o seu devido espaço, e atuando positivamente dentro das organizações (Iudícibus & Martins, 2019).

A pesquisa ainda constatou que 5,71% dos respondentes têm pouco conhecimento sobre o controle interno, enquanto que 77,14% possuem conhecimento razoável sobre o assunto. Enquanto que 17,14% dos entrevistados possuem muito conhecimento sobre o controle interno nas MPEs. Esses resultados vão de encontro ao estudo de Barbosa e Santos (2019) que seguem o mesmo raciocínio, apontando que 35,5% dos contadores afirmam ter muito conhecimento a respeito do CI, enquanto que 48,4% possuem um conhecimento razoável, já 16,1% declaram pouco conhecimento a respeito do tema. De acordo com este estudo desenvolvido, foi possível identificar que a maioria dos respondentes tem conhecimento razoável quando se trata de CI utilizado na gestão de organizações.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

4.2 Atuação Profissional

Os participantes da pesquisa ainda foram questionados sobre sua atuação profissional com MPEs e o uso do Controle Interno. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

Micro e pequenas empresas, o contador e o Controle Interno

MPEs x Controle Interno				
Profissional	Quantidade de MPEs	MPEs que usam CI	Nível do Controle Interno existente nas MPEs	Área de maior aplicação de Controle Interno nas MPEs
Contador 1	30	3	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Estoque
Contador 2	30			
Contador 3	60	5	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Contas a receber/pagar
Contador 4	6	6	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Contas a receber/pagar
Contador 5	40	15	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Contas a receber/pagar
Contador 6	2			
Contador 7	10			
Contador 8	50			
Contador 9	50			
Contador 10	30	5	Satisfatório	Controle dos Resultados
Contador 11	7	7	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Estoque
Contador 12	50			Controle de Estoque
Contador 13	0			
Contador 14	10	1	Insatisfatório	Controle de Impostos
Contador 15	100			
Contador 16	15	15	Satisfatório	Controle de Contas a receber/pagar
Contador 17	30			
Contador 18	140	5	Insatisfatório	
Contador 19	4			
Contador 20	6	6	Insatisfatório	Controle dos Resultados
Contador 21	30	10	Razoavelmente Satisfatório	Estoque, contas a pagar, impostos
Contador 22	10	10	Insatisfatório	
Contador 23	8			
Contador 24	2			
Contador 25	20			
Contador 26	100			

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Contador 27	15			
Contador 28	30			
Contador 29	40			
Contador 30	15			
Contador 31	10			
Contador 32	25			
Contador 33	15	2	Insatisfatório	Controle de Estoque
Contador 34	15	6	Razoavelmente Satisfatório	Controle de Contas a receber/pagar
Contador 35	3	3	Insatisfatório	Controle de Contas a receber/pagar

Nota. Fonte: dados da pesquisa (2020).

Verifica-se que os contadores que se dispuseram a responder o questionário, com o intuito de identificar o CI nas MPEs, descrevendo a quantidade de MPEs que estão sobre o controle de cada um dos respondentes e apontando também, a quantidade exata de empresas que utilizam o CI como ferramenta organizacional. Observa-se que a grande maioria das MPEs não faz uso do CI. De modo geral, é possível observar ainda que aquelas que fazem o uso do mesmo são classificadas pelos seus respectivos contadores como MPEs que fazem o uso do CI em níveis na maioria dos casos, razoavelmente satisfatório e em raros casos, insatisfatório.

Já no que diz respeito, a área de maior aplicação de CI, observa-se que a maioria das empresas utiliza o controle de estoques e controle de contas a pagar. Os achados estão de acordo com os estudos de Barbosa e Santos (2019), uma vez que foi verificado que na percepção dos contadores entrevistados, o controle de contas a receber e a pagar, é definido como a área de maior aplicação de CI nas entidades.

Este achado evidencia que muitos gestores deixam de usufruir dos benefícios do CI no que tange a tomada de decisões, o que segundo Almeida (2010) os estimularia nas tomadas de decisões, dando-lhes credibilidade, contribuindo de forma positiva, reduzindo riscos e minimizando erros.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

4.3 Percepções dos Contadores sobre o uso do Controle Interno

Em relação à percepção dos contadores quanto ao uso do controle interno nas MPEs, são apresentados os dados coletados pela pesquisa na Tabela 5.

Tabela 5

Percepções dos Contadores Sobre o Uso do Controle Interno

Variável	Nível	Frequência	Frequência Relativa (%)
Área de direcionamento do Controle Interno	Contabilidade Gerencial e Auditoria	22	62,86
	Contabilidade Gerencial	7	20,00
	Auditoria	6	17,14
Totais		35	100
Importância do Controle Interno nas MPEs	Importância razoável	2	5,71
	Importante	0	0,00
	Muito Importante	33	94,29
Totais		35	100
Porte de empresa mais indicado para uso do Controle Interno	Microempresa (ME)	0	0,00
	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	2	5,71
	Empresa de grande porte	3	8,57
	Todos os portes	30	85,72
Totais		35	100
Conhecimento sobre uso de Controle Interno nas MPEs que assessora	Sim	19	54,29
	Não	16	45,71
Totais		35	100
Influência dos Contadores quanto uso de CI nas MPEs	Por iniciativa própria	18	51,43
	Quando solicitado	16	45,71
	Nunca	1	2,86
Totais		35	100
Uso dos relatórios contábeis no CI das MPEs	Sim	13	37,14
	Não	14	40,00
	Não sei	8	22,86
Totais		35	100
Etapas do CI influenciadas pelos contadores	Todas as etapas	21	60,00
	Aplicação		
	Planejamento	9	25,71
	Correções	4	11
	Nenhuma	1	2,9
Totais		35	100
Importância do uso do CI na tomada de decisões das MPEs	Sim	34	97,14
	Não		
	Talvez	1	2,86
Totais		35	100

Nota. Fonte: dados da pesquisa (2020).

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

No que diz respeito à área direcionada para o uso do CI, observou-se que através da opinião dos respondentes, 62,86% dos contabilistas apontam que o CI é uma ferramenta utilizada nas áreas de Contabilidade Gerencial e Auditoria, enquanto que 20% acreditam que esta ferramenta, é utilizada por meio da Contabilidade Gerencial, e os outros 17,14% julgam que o CI é utilizado apenas em Auditoria. Os achados fazem jus aos estudos de Barbosa e Santos (2019) que por meio da opinião de profissionais contábeis, constam que para a maioria dos contabilistas, o CI é destinado para à Contabilidade Gerencial e à Auditoria.

A pesquisa também apresenta um levantamento da importância do CI nas MPEs, de modo que 5,71% dos respondentes apontam que o mesmo possui uma importância razoável para as empresas, enquanto que 94,29% ressaltam que de fato, o CI tem muita importância para as MPEs. Os achados concordam com os estudos de Garcia et al. (2014), que buscaram entender a percepção de 14 gestores de pequenas empresas sobre os sistemas de CI, chegando à conclusão de que o CI é de suma importância para os profissionais, pois é necessário ter o conhecimento adequado geral da empresa, dos processos, operações, funções, sistemas e atividades da entidade.

As empresas no modo geral possuem portes distintos, através dessa informação, a pesquisa verifica que 5,71% dos respondentes indicam que é necessário o uso de CI em empresas de pequeno porte (EPP), enquanto que 8,57% acham seja necessário o uso de controle interno em empresas de grande porte. Já outros 85,72% dos entrevistados, enfatizam que o uso do CI é necessário em todos os tipos de empresas, independente do porte.

Com a intenção de identificar o aspecto profissional de cada respondente, a pesquisa constata que 54,29% dos profissionais entrevistados, possuem conhecimentos sobre o controle interno nas empresas que fornecem seus serviços. Entretanto, outros 45,71% afirmam que não possuem conhecimento sobre o uso do CI nas MPEs, nas quais oferecem seus serviços.

A pesquisa buscou analisar a influência e os interesses dos contadores quanto ao uso do CI nas MPEs. Verificou-se que 51,43% dos respondentes utilizam do CI por

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

iniciativa própria, enquanto que, 45,71% fazem o uso do controle, quando solicitado pela empresa. Portanto, apenas 2,86% dos entrevistados não são influenciados a realizar o CI nas empresas que fornecem seus serviços.

Seguindo esse raciocínio, os dados da Tabela 5, evidenciam que os profissionais entrevistados, estão de acordo com os estudos de Crepaldi (2012) de forma que a grande maioria pontua, por iniciativa própria, que os contabilistas oferecem suportes a gestão de organizações, melhorando os processos de controle na empresa.

Quando questionados sobre o uso de relatórios contábeis no CI das MPEs, os resultados indicam que 37,14% dos respondentes, fazem o uso dessa ferramenta, enquanto que outros 40% não utilizam os mesmos relatórios para o controle. No entanto, 22,86% dos entrevistados, não souberam responder se utilizam de relatórios financeiros. Sobre o uso de relatórios contábeis no CI das MPEs, os achados apontam o entendimento de Santos et al. (2013), que retrata uma deficiência nas organizações por não utilizarem dos relatórios contábeis para o controle, pois os mesmos abordam informações importantes, que de fato são necessárias para análises de dados em entidades. Por fim, as empresas acabam sendo prejudicadas em relação à utilização do controle interno como uma ferramenta gerencial, pois não possuem informações eficazes e necessárias.

Mediante a busca pela especificação do nível de influência de contadores no controle interno, observou-se que 25,71% dos entrevistados indicam que o planejamento é uma etapa necessária, enquanto que 11% se baseiam em correções, já 2,9% dos mesmos apontam que, nenhuma é influenciável. De acordo com 60% dos entrevistados, todas as etapas são necessárias, e têm o poder de influenciar o contador no controle interno. Os achados estão de acordo com o estudo de Barbosa e Santos (2019) que sugere as etapas do CI, como aplicação, planejamento e correção, analisando como os contadores as influenciam e chegando à conclusão de que, a maioria dos contadores influencia em todas as etapas do CI nas MPEs.

Em relação à importância do controle interno, a pesquisa aponta que 97,14% dos respondentes afirmam que o uso do controle interno é importante para a tomada de

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

decisões nas MPEs, enquanto que apenas 2,86% dos entrevistados indicam que talvez o controle interno seja importante apenas para a tomada de decisão nas MPEs.

Sendo assim, os respondentes reafirmam os estudos de Almeida (2010), que compreende a importância do CI como uma ferramenta fundamental para a gestão das empresas.

4.4 Evocação de palavras

Buscando ter maior proximidade com a forma que os contadores participantes desta pesquisa enxergam o controle interno, realizou-se uma evocação de palavras, de forma que fora solicitado aos mesmos que apresentassem as três primeiras palavras que vêm à sua mente quando se fala em controle interno.

A palavra mais mencionada foi: Planejamento (16), seguido por Organização (10), Controle (7), Eficiência (6), Auditoria (6), Eficácia (4), Qualidade (4), Informação (4), Estoque (3), Gestão (3), Administração (2), Resultado (2), Financeiro (2), Correção (1), Mitigação Disciplina (1), Inspeção (1), Riscos (1), Prevenção (1), Acompanhamento (1), Desempenho (1), Excelência (1), Iniciativa (1), Execução (1) e Consultoria (1). A figura 1 traz uma compilação das palavras.



Figura 1. Nuvem de Palavras

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme evidenciado na Figura 1, o planejamento seguido da organização é de total importância de acordo com os respondentes. Deste modo, podemos definir o planejamento como umas das principais competências administrativas de uma entidade. Segundo Maximiano (2004, p. 131), “o planejamento é uma ferramenta essencial, que tem como objetivo, propor as melhores decisões para o futuro de uma empresa, com a obtenção de benefícios em pró de seus resultados”. Seguindo o mesmo raciocínio, verifica-se que na opinião dos contadores, a organização também é de suma importância, dando ênfase aos estudos de Etzioni (1989), que define a organização como uma unidade social, por possuir várias funções, que visam os objetivos organizacionais, trabalhando em conformidade com a legitimidade das atividades da empresa, além de avaliar o rendimento verificando a produtividade apresentada pela entidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de profissionais contábeis em relação ao uso do controle interno como uma ferramenta gerencial utilizadas nas MPEs do Estado de Pernambuco.

Mediante os achados da pesquisa, conclui-se que a maioria dos profissionais contábeis fornecem informações necessárias e relevantes para que a gestão de uma organização possa tomar decisões utilizando o controle interno e enaltecer a obtenção de resultados positivos para as MPEs. Desse modo, verificou-se semelhança com o estudo de Garcia et al. (2014), o qual afirma que todo profissional apontado como capacitado, pode interpretar e identificar o controle, de modo que consiga atender as necessidades de seus clientes, buscando prevenção nos resultados, que de alguma forma, prejudicam o desenvolvimento organizacional.

Conclui-se também que o profissional contábil tem relevante importância, quando assume o papel de controlador e busca auxiliar a gestão das MPEs, nas tomadas de decisões necessárias para atingir os objetivos – o que reafirma o estudo de Faria,

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Barbosa, Lopes e Oliveira (2014), o qual aponta a participação do profissional contábil junto à gestão é fundamental.

Ainda é possível concluir que os contadores sabem da importância do CI nas MPEs e o quanto o mesmo significa para a gestão de uma organização, porém, nem todos eles põem em prática, contudo, o estudo não consegue identificar se é por falta de interesse do profissional, da empresa, ou de ambos os lados, haja vista esse não ser o objetivo do mesmo.

Como limitação deste estudo, aponta-se a dificuldade de entrar em contato com contadores que se enquadrassem no perfil da pesquisa - contadores registrados no Estado de Pernambuco e que atuassem com MPEs, haja vista que, não existem listas de contatos de acesso público.

Os autores propõem como sugestão para futuros estudos, que seja investigada a realidade do uso do CI em MPEs por segmentos, buscando identificar se a realidade encontrada neste estudo e em outros, é positiva quando o estudo é realizado por meio de segmentos. Assim como que futuros trabalhos visem comparar os resultados deste estudo com a percepção de contadores de outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. C. (2010). *Auditoria: um curso moderno e completo*. (7a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Araújo, D. J. C. (2015). Um estudo referente às constatações em relatórios emitidos pelas unidades de controle interno de municípios brasileiros a partir das perspectivas do coso II. 2015. Recife, PE. (*Dissertação de mestrado*). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
- Arima, C. H. (2013). *Gestão controle interno, risco e auditoria*. (1a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Attie, W. (2007). *Auditoria Interna*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

- Barbosa L. F. G., & Santos O. M. (2019). O controle interno como ferramenta gerencial nas pequenas e médias empresas: Uma análise por meio da percepção dos contadores. *Pensar Contábil*, 21(74), 04-13.
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. (2020). *Quem pode ser cliente*. Consultado em 4 de ago. 2020. Recuperado de: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>.
- Bordin, P., & Saraiva, C. (2012). O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, 2(3), 200-218.
- Bordin, P., & Londero, R. I. (2006). Atividade Contábil Exercida pela Mulher em Santa Maria - RS. *Disciplinarum Scientia, Santa Maria*, 2(1), 109-121.
- Cannavina, V. C., & Parisi, C. (2015). Gestão pública em entidades brasileiras: adequação dos procedimentos de controles internos às normas COSO/INTOSAI. *Revista Universo Contábil*, 11(3), 6-26.
- Castañeda, L. (2014). Internal Control Systems in MSMEs and their impact on business effectiveness. *In Contexto*, 2, 129-146.
- Coso. (2013). *Controle Interno – Estrutura Integrada: Sumário Executivo*, traduzido em 2013. Publicado em 1992, recuperado em 2007.
- Crepaldi, S. A., & Crepaldi, G. S. (2017). *Auditoria contábil*. (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Dolabela, F. (1999). *Oficina do empreendedor*. (6a ed.). São Paulo: Cultura.
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Duarte, G. A., & Boller, M. A. (2010). *Proposta de Implantação de Controles de Gestão em uma Microempresa*. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Chapecó.
- Escalante, P. (2014). Financial Auditing: An independent professional practice option for the Public Accountant. *Actualidad Contable FACES*, 17(28), 40-55.
- Etzioni, A. (1989). *Organizações modernas*. (8a ed.). São Paulo: Pioneira.
- Faria, J. A., Barbosa, T. A., Lopes, L. M. S., & Oliveira, N. S. (2014). As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

gerencial em micro e pequenas empresas: um estudo na cidade de Serrinha-Bahia. *Congresso Brasileiro de Custos*, Natal, RN, Brasil, 21.

Garcia, O. P. G., Kinzler, L., & Rojo, C. A. (2014). Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, 11(2), 133-153.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (7a ed.). São Paulo: Atlas.

Gómez, D., & Blanco, B., & Conde, J. (2013). The Internal Control System for the improvement of Business Management in Cuba. *International J. Knowledge Management and Technol*, 1(2), 53-65.

Hillen, C., & Prates, A. L. (2014). A importância do controle interno na gestão: diagnóstico em uma empresa do ramo de comércio de automóveis. *Encontro de Produção Científica e Tecnológica*, Campo Mourão, 9, 1-14.

International Federation of Accountants. (2019). *ISA 315 (Revised 2019), Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement*. Recuperado de: <https://www.iaasb.org/publications/isa-315-identificando-e-acessando-o-risco-de-erros-materiais>. Acesso em: 13/jun. 2021.

International Organization of Supreme Audit Institutions. (2004). *Guidelines for Internal Controls Standards for the Public Sector*. Recuperado de: http://www.issai.org/media/13329/intosai_gov_9100_e.pdf. Acesso em: 15/mai. 2021.

Iudícibus, S., & Marion, J. C. (2009). *Curso de Contabilidade para não contadores*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S., & Martins, E. (2019). *Contabilidade Introdutória*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Kos, S. R., Espejo, M. M. S. B., Raifur, L., & Anjos, R. P. (2014). Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(3), 35-50.

Leone, R. J. G., & Leone, N. M. C. P. G. (2012). Pequenas e médias empresas: contribuições para a discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. *Revista Eletrônica do Mestrado em Administração (RAUnP)*, 4(1), 67-83.

Lima, L. S., Leal, E. A., & Aguiar, J. E. (2013). Controles internos adotados pelas micro e pequenas empresas: um estudo com prestadores de serviços contábeis.

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Uberlândia, MG. (*Trabalho de Conclusão de Curso*). Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

- Maximiano, A. C. (2004). *Fundamentos da Administração*. São Paulo: Atlas.
- Moreira, R. L., Encarnação, L. V., Bispo, O. N. A., Colauto, R. D., & Angotti, M. (2013). A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(9), 119-140.
- Oliveira, A. G. (2004). Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação ao processo de gestão das micro e pequenas empresas. Florianópolis, RS, Brasil. (*Tese de doutorado*). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.
- Ottoboni, C. E., & Pamplona, E. O. (2001). Proposta de pesquisa para avaliar a necessidade de se medir o desempenho financeiro das micro e pequenas empresas. *Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Salvador, BA, Brasil, 21.
- Peleias, I. R., Ehrentreich, H. P., Silva, A. F., & Fernandes, F. C. (2017). Pesquisa sobre a percepção de gestores de uma rede de empresas distribuidoras de um fabricante de autopeças sobre controles internos e gestão de riscos. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 6-28.
- Pereira Arruda, N. (2020). Controle Interno nas Organizações: Controle Interno nas Organizações. *Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA*, 3(04), 16. Recuperado de <http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/147>.
- Postiglione, E. M., & Silva, D. (2016). Uso efetivo de controles internos em uma microempresa de Santa Maria: Fundamentos para o crescimento e a manutenção do negócio. *Congresso de Contabilidade da UFRGS*, Porto Alegre, RS, Brasil, 1.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2a ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Rivas, G. (2011). Contemporary models of internal control. Theoretical foundations. *Observatorio Laboral Revista Mexicana*, 4(8), 115-136.
- Santos, I. M., Valdevino, R. Q. S., Queiroz, R. S., Oliveira, A. M., Oliveira, L. J. F., & Marques, M. G. (2020). Controles Internos para o Gerenciamento de Riscos:

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Percepção de Auditores e Gestores. *Congresso Brasileiro de Custos*. São Leopoldo: ABC, 27.

Santos, J. C, Vilas Bôas, G. K. E, & Moraes, L. S. (2013). A importância do controle interno na gestão das pequenas empresas: um estudo de caso realizado em uma empresa de pequeno porte, do ramo de consultoria na cidade de barreiras - BA. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 2012(19).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2013). *Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI*. Recuperado de: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2018). *Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte*. Recuperado de: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020). *Pequenos negócios em números*. Consultado em 01 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2020). *Pesquisa: o perfil do turista e dos segmentos de oferta*. Recuperado de: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/pesquisa-o-perfil-do-turista-e-dos-segmentos-de-oferta,ce6836627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2019). *Relatório do CAGED – Janeiro de 2019: Estudos e Pesquisas*. Recuperado de: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/empregodestaque13,46c9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 01 ago. 2020.

Silva, P. C. (2007). *Controles internos importantes para a gestão de micro e pequenas empresas: estudo multi-caso em empresas do setor de serviços e suprimentos de informática*. Florianópolis, SC. (*Trabalho de Conclusão de Curso*). Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Souza Junior, M., & Silva, M. (2016). Gestão Pública Estadual: Percepção dos gestores sobre a qualidade dos controles internos. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(46).

Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: A percepção dos contadores do Estado de Pernambuco

Leandro Kennedy Fernandes de Barros, Lucas Pedro Torres da Silva, Alex de Oliveira Serafim, Joaes dos Santos Oliveira Mota

Tribunal de Contas da União. (2020). *Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública*. Um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. Recuperado de: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056688.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

Vega, L., & Nieves, A. (2016). Procedure for the Management of Supervision and Monitoring of Internal Control. *Sciences Holguín*, 22(1), 1-19.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Data de Submissão: 30/10/2021

Data de Aceite: 27/12/2021